



**VII Conferência do Forum dos Presidentes dos Supremos Tribunais de Justiça
da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa,
subordinada ao tema "Os Desafios da Globalização no Judiciário".**

COMUNICADO FINAL

Estiveram presentes na VII Conferência, nomeadamente, o Presidente do Tribunal Supremo de Angola, Juiz Conselheiro Cristiano Augusto André, o Presidente do Superior Tribunal de Justiça do Brasil, Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Cabo Verde, Juiz Conselheiro Benfeito Mosso Ramos, a Presidente do Supremo Tribunal de Justiça da Guiné-Bissau, Juíza Conselheira Maria do Céu Monteiro, o Presidente do Tribunal Supremo de Moçambique, Juiz Conselheiro Mário Fumo Bartolomeu Mangaze, o Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de Portugal, Juiz Conselheiro Luís António Noronha Nascimento e a Presidente do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe, Juíza Conselheira Maria Alice Rodrigues Vera Cruz de Carvalho. Também participou nesta VII Conferência o Juiz Chu Kin em representação do Presidente do Tribunal de Última Instância da Região Administrativa Especial de Macau.

A cerimónia solene de abertura foi presidida por sua Excelência o Presidente da República de Moçambique, Armando Emílio Guebuza. O Chefe de Estado moçambicano salientou a importância e a oportunidade do tema da Conferência, que revela a predisposição para enfrentar os desafios da globalização, nomeadamente a cooperação e a coordenação nas respostas dos sistemas judiciais perante o surgimento de formas avançadas de criminalidade organizada transnacional.

Usou da palavra, também, nesse acto o Presidente do Tribunal Supremo da República de Moçambique que se congratulou pela realização da Conferência em Maputo. Por sua vez, o Presidente do Tribunal Supremo de Angola agradeceu, por todos, a excelente hospitalidade do povo moçambicano.

Das comunicações apresentadas e do debate subsequente em que intervieram elementos das várias delegações, resultaram as seguintes conclusões:

1. O fenómeno da globalização produziu transformações intensas da realidade sócio-económica, com a expansão de novas técnicas científicas e tecnologias, a permeabilidade de fronteiras, os movimentos migratórios, etc, geradores de um número crescente de conflitualidade com repercussão no judiciário, exigindo novas respostas;

2. Num mundo global, os princípios e valores fundamentais inscritos também em documentos de âmbito universal ou regional devem ser assumidos pelos órgãos judiciais como instrumentos essenciais das suas decisões;



FÓRUM DOS PRESIDENTES DOS SUPREMOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DOS PAÍSES E TERRITÓRIOS DE LÍNGUA PORTUGUESA

3. O combate a novas manifestações de criminalidade potenciadas pela globalização, como o terrorismo, o branqueamento de capitais e os diversos tráficos exige formas apropriadas de cooperação judicial e judiciária e auxílio mútuo na investigação e repressão destas manifestações anti-sociais;

4. A formação adequada dos recursos humanos, aliada à capacitação tecnológica dos sistemas judiciais, constitui instrumento catalisador do processo de modernização com vista a uma resposta mais eficaz aos desafios da globalização;

5. A circulação recíproca de informação jurídica, jurisprudencial e bibliográfica entre os diferentes tribunais e o intercâmbio de magistrados, fortalecem a coesão dos sistemas jurídicos e judiciários e contribuem para o desenvolvimento e melhoria da qualidade do desempenho da justiça;

Os meios informais de resolução de conflitos baseados nos sistemas normativos consuetudinários devem ser acolhidos e preservados à luz dos princípios e valores consagrados nas Constituições dos Estados membros.

Os presidentes dos Supremos Tribunais da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa manifestaram o seu voto de pesar pelo falecimento do Embaixador José Aparecido de Oliveira, arquitecto da CPTLP.

Os presidentes dos Supremos Tribunais da Comunidade dos Países e Territórios de Língua Portuguesa congratularam-se pela atribuição do prémio Mo Ibrahim, ao antigo Presidente da República de Moçambique, Joaquim Alberto Chissano.

Na cerimónia de encerramento o Presidente do Superior Tribunal de Justiça da República Federativa do Brasil, Ministro Raphael de Barros Monteiro Filho, agradeceu, por todos, manifestando a satisfação por se ter dado um passo significativo rumo à justiça do futuro, adequada à realidade dos novos tempos, com a grande esperança de que as conclusões levem a encontrar os caminhos para sociedades mais justas e mais humanizadas.

As delegações presentes felicitaram o Presidente do Tribunal Supremo da República de Moçambique, Juiz Conselheiro Mário Fumo Bartolomeu Mangaze, pela excelente organização da Conferência e agradeceram a hospitalidade e generosidade do povo de Moçambique.

Maputo, 24 de Outubro de 2007